

1980 É UM DESAFIO À NOSSA CAPACIDADE DE ATINGIR OS OBJECTIVOS TRAÇADOS

* Discurso do Presidente Samora Machel na abertura da V Sessão da Assembleia Popular

Na abertura, ontem de manhã, da V Sessão da Assembleia Popular, o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, proferiu o seguinte discurso:

SENHORES DEPUTADOS
SENHORES CONVIDADOS

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, queremos evocar em sentida homenagem, o trágico acontecimento que para todos nós marcou o ano de 1979: o falecimento de Sua Excelência o Presidente da República Popular de Angola, ANTÓNIO AGOSTINHO NETO.

A morte do Presidente Agostinho Neto, Estadista Ilustre e Internacionalista exemplar, guia inescusável do Estado Angolano, cidadão honorário da nossa República, representou uma perda irreparável para a República Popular de Angola, para a África, para todos os povos do mundo.

Evocar a memória do Presidente ANTÓNIO AGOSTINHO NETO, é recordar os momentos difíceis do nascimento do Estado de Angola e o papel decisivo que o dirigente incontestado da Nação angolana desempenhou na libertação da sua Pátria oprimida, na consolidação da independência começada pela manobra do imperialismo e pela bárbara agressão das tropas racistas sul-africanas, na afirmação e prestígio internacional do jovem Estado de Angola.

Sob a direcção lúcida e firme do Presidente ANTÓNIO AGOSTINHO NETO a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique reforçaram sólidas e fraternas relações de amizade e solidariedade forjadas durante a luta armada de libertação nacional contra o colonialismo português: em conjunto com os outros Estados da Linha da Frente, prosseguimos o novo combate pela libertação total do nosso continente.

O luto que envolveu a Nação angolana é nosso luto também. Por isso queremos propor um minuto de silêncio à memória de Sua Excelência o Presidente da República Popular de Angola, ANTÓNIO AGOSTINHO NETO.

SENHORES DEPUTADOS
SENHORES CONVIDADOS

Estamos no limiar de uma nova década que para nós moçambicanos se apresenta cheia de esperanças. Década em que nos propomos vencer a batalha contra o subdesenvolvimento e eliminar da terra livre moçambicana as sequelas da sociedade colonial, a miséria, a fome, a nudez, o analfabetismo, o obscurantismo. No começo desta década saudamos o esforço realizado pelo nosso povo trabalhador no ano de 1979, «Ano de Consolidação das nossas Conquistas». «Ano de Consolidação das nossas Vitórias».

Saudamos os Senhores Deputados da Assembleia Popular que no órgão supremo do nosso poder de Estado representam todo o Povo moçambicano, vindos de todo o País e de todas as frentes da batalha, batalha política, económica, social e militar. Deputados que se identificam profundamente com os interesses das massas populares pelo trabalho e dedicação à causa da reconstrução nacional. Os nossos Deputados são exemplo da vontade, determinação e heroísmo do nosso povo em edificar

a sociedade justa, a sociedade próspera, a Sociedade Socialista.

Sentimo-nos honrados por ter entre nós os membros do corpo diplomático acreditado na República Popular de Moçambique, que com a sua presença exprimem os laços que unem os nossos Estados.

Entre nós estão também cooperantes internacionalistas, demonstração clara do valor indestrutível do internacionalismo proletário. (Aplausos)

Saudamos ainda calorosamente os convidados nacionais, trabalhadores dos sectores da cultura, ciência, desporto, das organizações democráticas de massas, símbolo activo da unidade nacional alcançada e do contacto permanente da Assembleia Popular com o povo.

SENHORES DEPUTADOS

Realizamos esta 5.ª Sessão da nossa Assembleia no preciso momento em que a África e as forças internacionais amantes da Paz e do Progresso no Mundo, alcançam uma vitória importante com a conclusão do Acordo Final da Conferência Constitucional sobre o Zimbabwe.

Essa vitória da Frente Patriótica do Zimbabwe é o resultado do sacrifício e do sangue dos combatentes e do povo do Zimbabwe, após 14 anos de luta contra o regime ilegal da colónia britânica da Rodésia do Sul. (Aplausos).

É também uma vitória da África na luta contra um dos últimos bastiões do colonialismo. Esta vitória é uma grande festa continental, um momento de alegria. Todavia, não pode consumir-se sem que recordemos todos os sacrifícios em vidas e bens materiais consentidos pelo povo do Zimbabwe e pelos povos dos Países da Linha da Frente.

O Povo moçambicano sente esta vitória como uma vitória da nossa República. Sente que a independência e soberania da nossa República se consolidam, que a nossa liberdade se reforça e amplia. Sente que se abrem perspectivas para uma mais ampla cooperação, para relações novas nesta zona da África Austral.

Para a independência que em breve celebraremos, o Povo moçambicano soube juntar o seu sangue e a sua dor ao povo irmão do Zimbabwe, materializando o princípio de que nenhum moçambicano era verdadeiramente livre enquanto os zimbabwianos viviam dominados e segregados. (Aplausos).

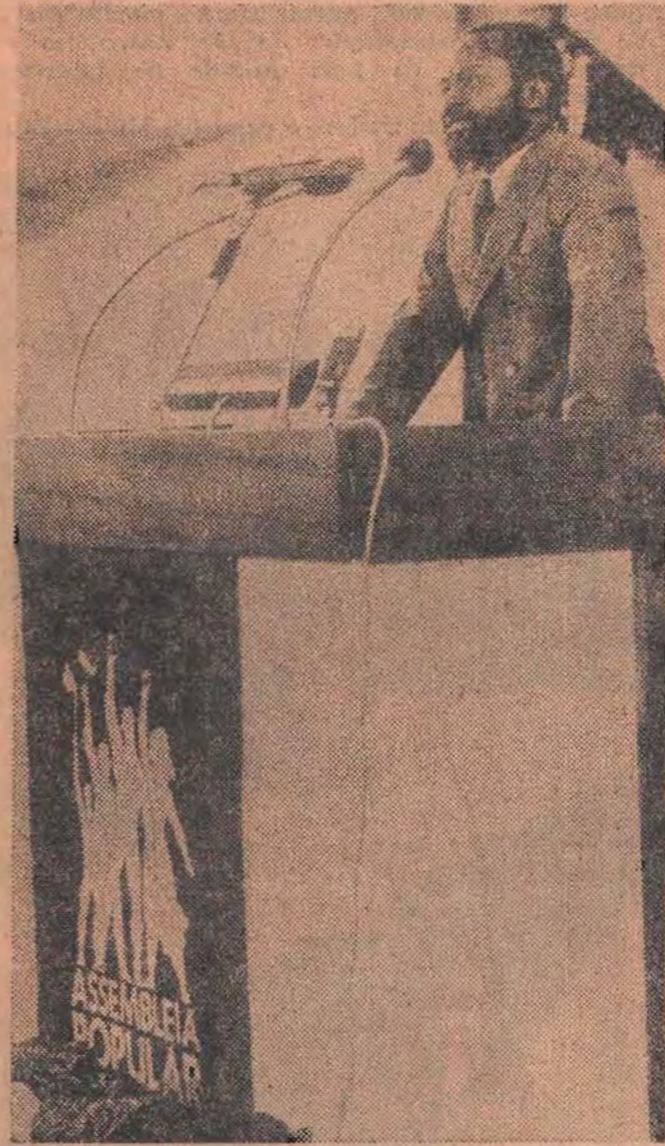
A vitória do Povo zimbabwiano é, por isso, uma vitória de todos nós.

Desde o primeiro momento, ainda durante a nossa luta de libertação nacional, criámos condições para apoiar o desencadear do processo libertador no Zimbabwe.

Através das zonas libertadas, os combatentes de libertação zimbabwiana abriram novas frentes de luta.

Já então o imperialismo não perdoa a firmeza do nosso apoio internacionalista. Já então, em aliança com o exército colonial português soldados de Smith combatiam em território moçambicano e massacravam o nosso povo.

Em 3 de Março de 1976, a República Popular de Moçambique, considerando criadas as condições, pro-



Presidente Samora Machel discursando durante a abertura da 5.ª Sessão da Assembleia Popular, ontem iniciada na capital da RPM

clamou a aplicação integral das sanções à Colónia da Rodésia do Sul, desferindo assim um golpe extremamente duro no regime ilegal.

O imperialismo tentou propagar a notícia de que tínhamos declarado guerra ao regime ilegal. Tinha em vista uma escalada na confrontação que nos levasse a participar numa internacionalização militar do conflito na região.

Desde então, os racistas rodésianos intensificaram a sua já longa lista de crimes.

Recrutaram mercenários, adquiriram equipamento moderno para o seu exército, intensificaram a incorporação e treino das unidades especiais de assassinos e delinquentes.

A repressão interna atingiu uma violência e barbárie em paralelo.

As agressões militares ao nosso País desenvolveram-se numa escalada de provocações com vista à confrontação aberta e total.

Contra a República Popular de Moçambique o-

bombardamentos, destruições e massacres visando particularmente objectivos económicos fundamentais para o nosso desenvolvimento.

O sacrifício em vidas humanas foi elevadíssimo. Para além dos zimbabwianos impiedosamente massacrados em campos de refugiados, foram assassinados 1338 moçambicanos, feridos 1288 e raptados 751.

Estes números compreendem velhos, mulheres e crianças das províncias de Manica, Tete, Gaza e Sofala, as mais afectadas pelas agressões.

Nestas Províncias o valor total dos bens, equipamentos e infra-estruturas destruídos pelas agressões militares rodésianas é de um milhão e quinhentos mil contos. Este total compreende as reconstruções de Mapai, Ma-Vundo e Chioco, e o valor das destruições provocadas em camiões, jeeps, locomotivas, vagões, carruagens, embarcações, mercadorias, serviços públicos, escolas, lojas, hospitais, armazéns, pontes, centrais energéticas, depósitos, barragens, centros tropostéricos de telecomunicações, equipamento pesado de obras públicas, e diversos outros danos.

Este total de um milhão e quinhentos mil contos corresponde, quero frisar bem, às destruições directamente resultantes das agressões armadas rodésianas.

Os prejuízos decorrentes da aplicação das sanções são contudo muito mais elevados.

Em cumprimento da Resolução 255, de 29 de Maio de 1968, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Governo da República Popular de Moçambique encerrou em 3 de Março de 1976 todas as suas fronteiras com o regime ilegal da colónia britânica da Rodésia do Sul.

Segundo o Relatório do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, de 30 de Abril de 1976, os prejuízos directos resultantes da aplicação das sanções internacionalmente decretadas até à presente data, e considerando os valores incluídos referidos no mesmo Relatório, representam uma perda global superior a 550 milhões de dólares, ou seja, cerca de 17 milhões e seiscentos mil contos.

Torna-se extremamente difícil estimar a totalidade dos prejuízos indirectos sobre a nossa economia, como consequência da aplicação das sanções e das agressões.

No entanto, para se dar uma ideia pálida, refiro alguns exemplos:

— Quanto custará a paralisação de vários projectos agrícolas, florestais, mineiros, industriais, pecuários que há 2 ou 3 anos estão paralisados nas zonas afectadas pelas agressões armadas?

— Só a destruição de 3 pontes ferroviárias na província de Tete está a causar prejuízos diários da ordem de 4 mil e oitocentos contos.

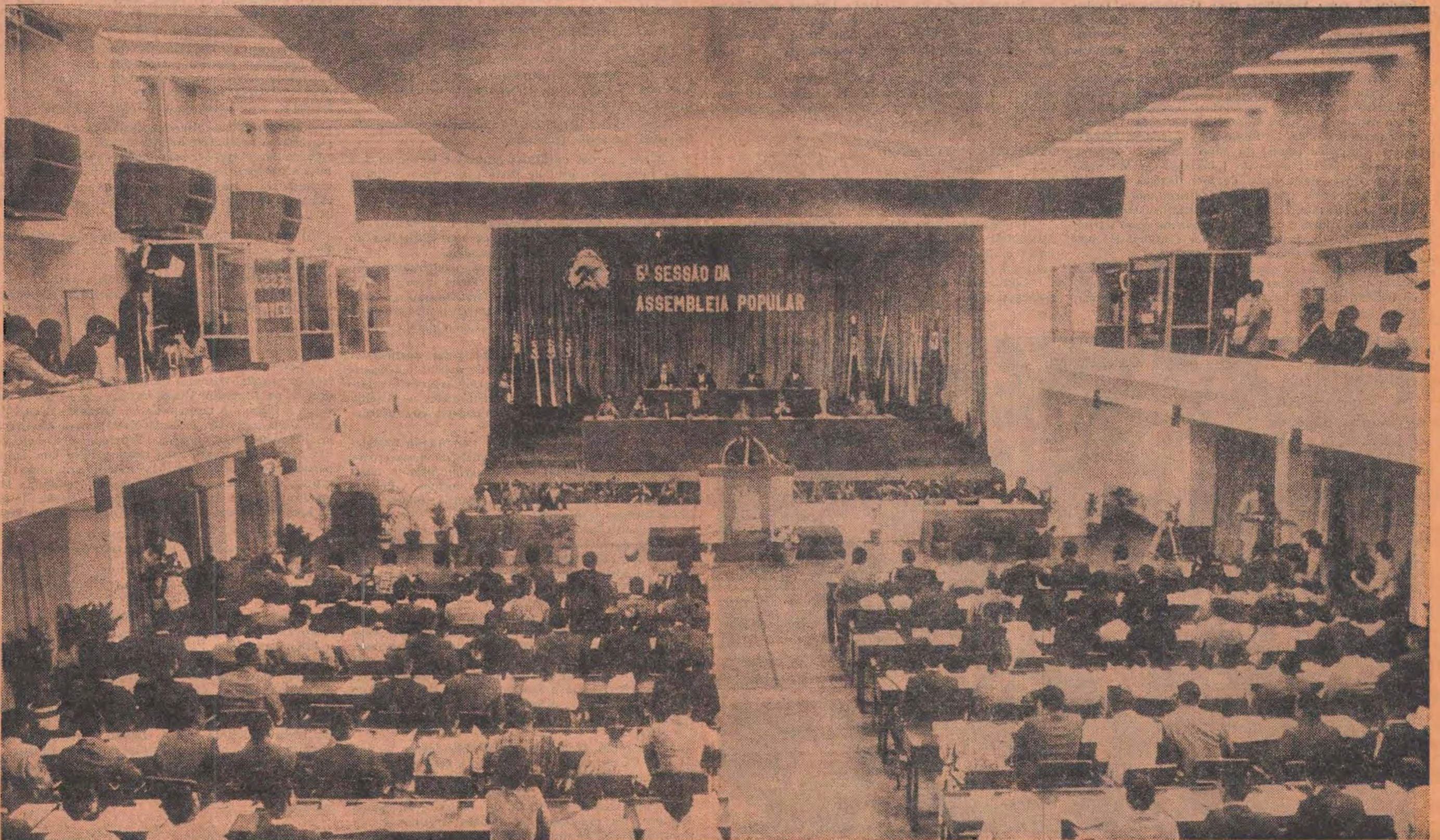
— A situação da guerra provocou, nas Províncias afectadas, a movimentação de dezenas de milhares de famílias. As Nações Unidas calculam em 18 milhões de dólares o custo da movimentação de 10 000 famílias (Estão na RPM 110 000 refugiados zimbabwianos...)

— Quanto custa ao País a falta de telecomunicações motivada pela destruição das estações tropostéricas de Chicalacuala e Niluvó?

Saudamos pois todo o nosso povo pelo sacrifício que consentiu para a libertação do povo irmão do Zimbabwe. (Aplausos)

Nem as mortes ocorridas, nem as destruições verificadas conseguiram abalar a nossa firme determinação

(Continua na página seguinte)



A imagem documenta um aspecto geral da abertura solene da 5ª Sessão da Assembleia Popular, órgão máximo do poder de Estado do nosso País

1980 É UM DESAFIO À NOSSA CAPACIDADE DE ATINGIR OS OBJECTIVOS TRAÇADOS

(Continuado da página anterior)

de prosseguir com o esforço de desenvolvimento. Por isso reafirmamos que a década de 80 se anuncia cheia de esperanças. (Aplausos).

SENHORES DEPUTADOS

O ano de 1979 decorreu sob a implementação da palavra de ordem: «Ano de Consolidação das nossas Conquistas! Ano de Consolidação das nossas Vitórias».

No ano de 1979 tivemos de enfrentar diversas dificuldades. Todos nós as sentimos. Foi ao assumirmos colectivamente a consciência dessas dificuldades que, sob a direcção do Partido FRELIMO, encontramos a maneira de as resolver.

Alcancámos importantes vitórias na frente política com o trabalho dirigido pelas células do Partido FRELIMO, ao nível dos sectores prioritários da nossa sociedade. Através da implementação do poder nos sectores produtivos e de prestação de serviços, conseguimos o reforço da nossa capacidade de direcção da economia, aplicando nas nossas condições concretas o princípio do centralismo democrático.

A nossa classe operária torna-se efectivamente a força dirigente do processo produtivo no nosso País. Esta vitória é garantia da vitória sobre o subdesenvolvimento.

A acção das Assembleias do Povo nos diferentes escalões conduziu a uma ampla e activa participação das massas no estudo, discussão, e resolução popular dos problemas que o nosso povo enfrenta. Através delas reforçamos o carácter popular do nosso poder.

As dificuldades de funcionamento das Assembleias do Povo fizeram-se sentir particularmente ao nível de Distrito e Localidade, onde é necessário consolidar a direcção e garantir a assistência ao funcionamento destes órgãos de poder popular.

Importa que, da experiência adquirida pelos Grupos Dinamizadores, assim como da experiência vivida pelas Assembleias do Povo eleitas em 1977, sejamos capazes de tirar as lições para consolidar o poder popular na base.

As eleições locais a realizar em 1980 constituem uma ocasião fundamental para que elevemos o nível de participação e organização do nosso povo, consolidando as Assembleias de Localidade, Distrito e Cidade.

Em contrapartida, ao nível das Assembleias de Cidade e de Província, foi assegurado o seu funcionamento regular, e a sua participação efectiva na organização da vida económica e social.

Em particular as Assembleias de Cidade foram capazes de iniciar as novas tarefas definidas no processo de organização das cidades e bairros comunais, em relação com os Grupos Dinamizadores de Bairro e as Organizações Democráticas de Massas.

A Assembleia Popular ganhou um novo dinamismo e aprofundou as suas características de órgão supremo do poder de Estado. Assembleia Popular, em 1979, pela sua prática concreta de trabalho foi um verdadeiro órgão de direcção, execução e controlo. Tornou-se numa escola, em que os deputados aprofundaram os seus conhecimentos, adquiriram uma visão nacional e global da nossa sociedade, estabeleceram relações de trabalho com o povo.

Efectivamente, a Assembleia Popular não foi um mero órgão legislativo. A nossa Assembleia exprimiu nas suas deliberações a vontade popular sintetizada pelos deputados após sessões de estudo e debate profundos. A nossa Assembleia criou Comissões de Trabalho, iniciando uma nova experiência de enquadramento e organização dos deputados em tarefas concretas.

Estreitámos as relações entre a Assembleia Popular, o Conselho de Ministros, o aparelho de Estado e unidades económicas e sociais, formando um todo unitário.

Criámos condições para um maior enraizamento do trabalho dos deputados nas fábricas, unidades económicas e sociais de que foi símbolo a realização da sessão de encerramento da 4.ª Sessão da Assembleia Popular numa fábrica da capital do nosso País.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique, herdeiras da tradição de luta heróica contra o colonialismo, pela libertação da Pátria moçambicana ocupada, soberana, organizada e disciplinadamente, rechaçar com firmeza e coragem o invasor do nosso território, infligindo-lhe pesadas derrotas e consideráveis perdas humanas e materiais. (Aplausos).

Associando a rica experiência adquirida na gloriosa guerra popular de libertação nacional às novas condições decorrentes da formação de um Exército Regular,

as Forças Populares de Libertação de Moçambique são um defensor seguro do Estado Democrático Popular. Elas atingiram um nível superior de organização, disciplina e combatividade, evidenciado no próprio Dia 25 de Setembro, comemorativo do 15.º Aniversário do desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional.

Há que realçar também o papel das Milícias Popu-

Continuaram a verificar-se deficiências de coordenação das várias estruturas, assim como insuficiências no nosso nível organizativo.

No ano de 1979, o Plano de Abastecimento foi cumprido em apenas 83% do previsto.

Não conseguimos resolver ainda completamente os problemas da comercialização e escoamento dos produtos nas fábricas e no campo.



Imagem colhida durante a abertura da 5.ª Sessão da Assembleia Popular, vendo-se deputados seguindo atentamente o discurso do Presidente Samora Machel

lares neste grandioso combate pela defesa da soberania da integridade territorial e das nossas conquistas.

Os Grupos de Vigilância, força considerável de defesa da Revolução, atingem já o número de 150.000 membros. (Aplausos). Pela sua acção, criam as condições de paz social, ordem e tranquilidade, necessárias à vida quotidiana dos cidadãos.

Conseguimos reprimir pela violência revolucionária as tentativas da reacção em impedir o processo de consolidação do Poder Popular Democrático do nosso País.

Com efeito, punimos severamente sem vacilação, nem falso humanitarismo, os agentes criminosos do inimigo infiltrados no nosso seio.

Finalmente, na frente diplomática, através da nossa acção no âmbito dos Países da Linha da Frente e do apoio incondicional à justa luta do Povo do Zimbábue, reforçamos a nossa Independência, fomos coerentes com os nossos princípios internacionalistas, cumprimos consequentemente os nossos deveres. (Aplausos).

A participação da República Popular de Moçambique na Cimeira dos Países Não-Alinhados, realizada na República de Cuba, contribuiu para a definição do conteúdo real do Não-Alinhamento, ou seja, o alinhamento contra o imperialismo.

Nessa Cimeira em que desempenhámos um papel activo, frustrou-se a tentativa do imperialismo para dividir o Movimento dos Não-Alinhados e reforçou-se a unidade do Movimento.

SENHORES DEPUTADOS

Neste ano de 1979, no processo de consolidação das nossas conquistas, atribuímos prioridade às questões económicas.

O órgão supremo do poder do nosso Estado, a Assembleia Popular, deve periodicamente ser informado e deliberar sobre os aspectos fundamentais da nossa economia.

Constatámos que muitas unidades produtivas mantiveram-se a funcionar abaixo das suas reais capacidades.

A organização e garantia do abastecimento dos produtos essenciais às populações continua a merecer a nossa particular atenção.

Essas dificuldades são todavia conjunturais.

Algumas delas não são apenas resultado das nossas insuficiências. São também consequência de factores externos, que nos ultrapassaram, ou mesmo da acção concertada de inimigos internos e externos.

A nossa economia sofreu os efeitos das constantes agressões inimigas dirigidas principalmente contra alvos de carácter económico e social, na tentativa vã de lançar o caos e desorganizar a nossa recuperação económica.

A acrescer a esse facto destacam-se as dificuldades inerentes à situação de dependência económica que enfrentamos ao ascendermos à independência e de que não nos libertamos ainda, assim como os reflexos na nossa economia da crise no sistema capitalista.

O aumento crescente dos preços do petróleo e seus derivados tem representado um peso e encargo cada vez maior para a nossa balança de pagamentos.

Estas dificuldades permitiram-nos identificar os nossos pontos fracos e abriram campo para reconhecermos que é necessário definir desde já uma ampla perspectiva de desenvolvimento económico para os próximos 10 anos, se quisermos romper definitivamente com o subdesenvolvimento.

Precisávamos porém de aprofundar o conhecimento da nossa realidade económica.

A reunião das estruturas centrais e locais, de 3 a 6 de Julho, pelo nível de participação, pelos métodos de trabalho adoptados permitiu às estruturas a visão global do nosso País.

Permitiu detectar os problemas fundamentais de cada província e a elaboração de um «Programa de Tarefas e Prazos» para a sua resolução.

A Reunião Alargada do Conselho de Ministros de 1 a 4 de Agosto, ao apreciar o Plano Bial 1979/1980, procedeu a um exaustivo levantamento das dificuldades gerais no nosso País e em particular da nossa economia. Traçou orientações de fundo para as ultrapassar.

Não nos deixámos submergir pelas dificuldades encontradas. Estamos conscientes de que as potencialidades do nosso País, os seus recursos naturais e sobretudo o entusiasmo dos nossos trabalhadores na batalha pela reconstrução nacional, permitem-nos encarar com confiança o futuro.

Neste ano de 1979 tomámos importantes medidas no sentido de controlar sectores vitais da nossa economia, alvos de manobras de sabotagem. Assim o nosso Estado interveio no sector dos Cimentos, a Empresa Química Geral, bem como algumas unidades do sector mineiro. (Aplausos).

Por outro lado, em relação ao Abastecimento e na sequência das decisões da Assembleia Popular, criámos condições para o funcionamento do Conselho Coordenador do Abastecimento, com a nomeação do seu Presidente e Vice-Presidente, tendo este Conselho desencadeado de imediato a sua acção.

No que respeita ao reforço do nosso aparelho de direcção da economia e como resultado das profundas análises da situação económica realizadas este ano, particularmente na Sessão Alargada do Conselho de Ministros de 1 a 4 de Agosto, foram nomeados o Secretário de Estado para o Desenvolvimento da Região do Limpopo e Incomati, o Secretário de Estado do Carvão e Hidrocarbonetos e os Secretários de Estado do Algodão e Caju.

Apesar dos problemas e das dificuldades, o ano de 1979 foi um ano de recuperação e crescimento económico em relação ao ano anterior.

Isto verificou-se na Agricultura. A produção do arroz aumentou em 15%. A do milho e amendoim duplicou. Na produção de algodão registamos um aumento de 38% e nos citrinos de 40%.

Na indústria verificou-se em 1979 um aumento da produção, embora inferior ao previsto.

São exemplos do crescimento de 1978 para 1979 o da EMOPECA que atingirá este ano a meta de 2.500 toneladas de camarão contra as 1.800 toneladas do ano passado. A CARBOMOC que atingirá este ano as 210 mil toneladas contra 118 mil toneladas. O sector dos Combustíveis, onde crescemos em 10%, e do açúcar onde alcançamos as 214 mil toneladas este ano contra as 179.300 toneladas do ano anterior.

Noutros sectores como o dos Cimentos, na CIFEL e na COMETAL MOMETAL, houve decréscimo em relação ao ano anterior. No sector de têxteis ficámos muito abaixo do previsto.

Nos restantes sectores produtivos, particularmente na construção, nos transportes e no comércio, notou-se certa recuperação em relação a 1978, embora o ritmo de crescimento tenha sido mais lento do que na Agricultura e Indústria.

O ano de 1980 constitui assim um desafio para a nossa capacidade de cumprir os objectivos que traçamos.

Também pela primeira vez no nosso País entrará em vigor em 1 de Janeiro o Plano Anual. Pela primeira vez o Orçamento do Estado estará compatibilizado com o Plano.

São vitórias que representam o nosso crescimento e a melhoria dos nossos métodos de trabalho.

Estes avanços devem significar maior responsabilização de todos nós. O Plano tem carácter imperativo. Ele deve ser escrupulosamente cumprido por todas as estruturas nele envolvidas.

Vamos exigir de cada um de nós, deputados e dirigentes as responsabilidades e a prestação de contas da forma como em cada um dos nossos sectores está a ser cumprido o Plano.

Em Julho do próximo ano, a Comissão Nacional do Plano deverá apresentar o Plano Perspectivo para a década de 80.

Teremos assim traçadas as traves mestras do nosso desenvolvimento económico, as grandes linhas de orientação que servirão de base para os planos quinquenais e os planos anuais correntes dos próximos dez anos.

É no entanto, condição fundamental para que realizemos os nossos objectivos, que haja um constante reforço do poder de direcção aos vários níveis, que cresça cada vez mais o nível organizativo e de responsabilização das nossas empresas.

É necessário que seja intensificada a mais ampla participação de todos os trabalhadores na direcção da economia. Isto deverá passar pela intensificação dos programas de formação de quadros, pelo aumento do nível de escolarização e pelo aumento constante das qualificações técnicas e científicas dos nossos trabalhadores.

A análise e definição do sistema de educação em ligação com a planificação económica e social iniciada em 1979, permite que em 1980 criemos as condições de base para a realização dos objectivos de desenvolvimento na década de 1980/90.

A formação dos quadros e técnicos necessários ao nosso desenvolvimento deve constituir uma preocupação permanente dos órgãos do Estado, das instituições de ensino, das empresas e unidades económicas e sociais.

Devemos integrar nos nossos planos a formação dos quadros de direcção. A preparação técnico-científica e profissional dos trabalhadores, bem como a elevação do nível de alfabetização e escolarização geral, são indispensáveis ao nosso desenvolvimento planificado.

O reforço da direcção da economia e a resolução dos problemas técnicos e científicos prioritários, particularmente nos sectores estratégicos da nossa economia deve traduzir-se numa política correcta de gestão e formação, a implementar em 1980.

Devemos desenvolver as condições de direcção e organização necessárias à intensificação do processo de recuperação económica em curso e elevarmos muito mais a produção em 1980. Temos de partir com a base organizativa e material necessária ao início da implementação do Plano Perspectivo de desenvolvimento na década de 1980/90.

Estas são algumas das vitórias alcançadas pelo Povo moçambicano ao assumir o conteúdo profundo da palavra de ordem que orientou a nossa acção em 1979: a Consolidação das nossas Conquistas ou seja, a Consolidação do Poder Popular Democrático da Aliança Operário-Camponesa.

SENHORES DEPUTADOS,

Nesta 5.ª Sessão da Assembleia Popular continuamos os métodos correctos de trabalho já aprovados no decurso da 4.ª Sessão. Vamos analisar em grupos de trabalho o Plano e o Projecto de Lei Orçamental de 1980, bem como as acções a desenvolver para a efectivação do Recenseamento Geral da População e das eleições das Assembleias locais. Estes temas exigem uma ampla participação dos Senhores Deputados nos respectivos grupos, garantindo o nosso conhecimento mútuo, a formação do pensamento comum, a tomada consciente das decisões de que este órgão é responsável perante o Povo.

Assim, valorizamos cada vez mais o nosso papel de deputados, de defensores dos interesses de todo o Povo.

Não podemos terminar o ano de 1979, sem relembrarmos que ele decorreu em todo o Mundo sob o signo da Criança.

O carinho e amor que dedicamos às crianças no nosso País traduziu-se em realizações concretas levadas a cabo em todo o País. A participação dos cidadãos fundiu-se com a iniciativa das crianças na materialização dos objectivos que nos propusemos alcançar no Ano Internacional da Criança. A implementação dos direitos das crianças exige dos adultos a transformação da sua mentalidade e comportamento, exige uma relação correcta e justa com a criança. A compreensão e respeito profundos na aplicação dos seus direitos, o conhecimento da personalidade das nossas crianças são a certeza de que com as crianças de hoje forjamos o Homem de Amanhã, o Homem Novo da Sociedade Socialista.

Muito Obrigado.

A LUTA CONTINUA!



A gravura mostra um aspecto da sala onde se encontra reunida a AP, numa das sessões de trabalho que ontem tiveram lugar.